

## CPI começa a investigar caso Banestado na quarta



Célio Azeredo

■ Eleição dos dirigentes da comissão dará início aos trabalhos na próxima semana

Senadores presentes à instalação da comissão parlamentar de inquérito do Congresso manifestaram expectativas de que sejam levantadas provas da evasão de divisas de US\$ 30 bilhões.

Página 3

**INSTALAÇÃO.** O senador Romeu Tuma preside a primeira reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga o caso Banestado

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

### Mudanças não abalarão país, afirma Sarney

Debate em torno da proposta produzirá a reforma possível, não a ideal, segundo o presidente do Senado. "Função do Congresso é harmonizar os conflitos e as reivindicações da sociedade", observa

Página 3

**REALISMO POLÍTICO.** Sarney (com Aloizio Mercadante e Renan Calheiros) adverte que toda reforma é resultado das forças que atuam no Congresso



José Cruz

Eduardo Azeredo alerta para dispositivo da reforma tributária que impede incentivos fiscais, entre eles os concedidos às atividades culturais.

Página 5

## Senadores sabatinam procurador

Indicação de Cláudio Fonteles para procurador-geral será agora votada pelo Plenário do Senado.

Página 7

## Plenário deve votar MP na terça-feira

Ficou para a próxima terça-feira o término da votação do projeto de conversão à medida provisória que fixou em R\$ 240 o salário mínimo. Não houve quórum suficiente na quarta-feira e os líderes partidários decidiram adiar a votação das emendas ao projeto – o texto principal foi aprovado na semana passada.

Na pauta do Senado, continuam aguardando votação outras três medidas provisórias: a que trata do Seguro-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pela seca; a que dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas; e a que abre crédito extraordinário de R\$ 89,1 milhões para o Ministério dos Transportes.

Waldemar Rodrigues



**VOTAÇÃO.** Indicação de Vergne Sabóia (ao lado de Suplicy) será agora apreciada pelo Plenário

## CRE aprova embaixador para a Holanda

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade, na quarta-feira, a indicação presidencial do diplomata Gilberto Vergne Sabóia para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino dos Países Baixos (Holanda). A aprovação final ainda depende de votação em Plenário.

# Agenda

### Paim preside sessão com início às 9h

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, preside a sessão de hoje, com início às 9h, destinada a pronunciamentos dos parlamentares e comunicados da Mesa. Às 10h, Paim recebe a comissão de diretores da Confederação Brasileira de

Aposentados e Pensionistas (Cobap), que deve entregar documento pedindo que o governo pague os benefícios do INSS com reajuste equivalente à inflação medida pelo INPC dos últimos 12 meses.



### TV Senado debate Estatuto do Idoso

A TV Senado exhibe hoje, às 13h, no programa *Cidadania*, entrevista com o psicólogo e professor Ileno Izídio da Costa e o psicanalista, psiquiatra e professor Francisco Martins. Às 20h30, os atores Oswaldo Louzada e Carmem Silva (foto) discutem o Estatuto do Idoso com a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e, às 22h, será transmitido o documentário especial sobre o Barão do Rio Branco.

### População pode enviar sugestões de projetos

O Serviço 0800 – A Voz do Cidadão –, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações da população

no telefone 0800-612211, durante 24 horas, incluindo finais de semana. Pelo serviço é possível fazer sugestões de projetos, enviar

comentários sobre a atuação dos senadores e obter informações sobre o trabalho legislativo. E-mail: [cidadao@senado.gov.br](mailto:cidadao@senado.gov.br).

### Ministro da Justiça deve comparecer à CFC semana que vem

A pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acompanhado do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda, e do secretário-executivo do Ministério da Justiça,



Luiz Paulo Barreto, deve comparecer à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), na próxima quarta-feira, às 11h, para prestar esclarecimentos sobre remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas CC-5.

### CMO terá reunião na terça-feira

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião na próxima terça-feira, às 14h30, para analisar, entre outros itens, parecer do senador César Borges (PFL-BA) favorável à abertura de crédito especial para a Justiça Eleitoral e

requerimento convidando o auditor da Secretaria de Fazenda de Pernambuco Jorge Amaral e o corregedor do contencioso administrativo tributário daquele estado, Marcos Mazoni, para audiência sobre defesa do contribuinte.



### Documentário em cartaz

Na próxima quinta-feira, às 12h30, será exibido o documentário americano *Tiros em Columbine*, do diretor Michael Moore, no Auditório Petrônio Portella. Após o filme haverá debate sobre armas e segurança pública com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

### Exposição termina domingo

Termina neste domingo a exposição "Marinha – um passado de glória presente na memória", em homenagem à vitória da Esquadra Brasileira na Batalha Naval do Riachuelo. Com entrada franca, a exposição está aberta ao público das 9h às 12h e das 14h às 18h, no Salão Negro do Congresso Nacional.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



Roque de Sá

**LIÇÃO.** Serys acha que episódio mostra necessidade de se melhorar vigilância sanitária

## Serys quer pena rigorosa para caso Celobar

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu a punição rigorosa dos responsáveis pela morte de pelo menos 23 pessoas que ingeriram o medicamento para contraste radiológico Celobar, fabricado pelo laboratório Enila. Além das mortes, 58 outras pessoas teriam sido gravemente intoxicadas e mais de cem, no estado de Goiás, teriam passado mal e procurado cuidados médicos após a ingestão do Celobar.

– O Código Penal prevê as penas a serem aplicadas e as famílias das vítimas deverão ser indenizadas pelo laboratório. Não que a indenização pecuniária compense tais perdas, mas é o que a Justiça pode e deve fazer em um caso gravíssimo como esse – disse a senadora.

Serys afirmou que é preciso, sobretudo, evitar que absurdos como esse se repitam. Tal prevenção, observou, somente será efetiva quando a fiscalização for permanente e eficaz.

– A principal lição a tirar desse triste acontecimento é que precisamos fortalecer a vigilância sanitária nos estados, provendo-os de pessoal na quantidade e na qualidade necessárias – disse.

Ao recapitular o caso, a senadora relatou que o laboratório Enila estava em dificuldades financeiras e não havia pago a última compra de sulfato de bário, insumo importado para produção do Celobar. Por isso, resolveu produzir o bário a partir do carbonato do mesmo metal, um composto químico muito mais barato.

Sem os cuidados técnicos necessários, o produto ficou contaminado com resíduos do carbonato original, usado até mesmo em raticidas e outros venenos, mas jamais na indústria farmacêutica, explicou a senadora.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# CPI começa a investigar evasão na quarta-feira

Presidente e relator da comissão mista que vai apurar o caso Banestado serão eleitos na próxima semana

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investigará a remessa ilegal de dólares no caso Banestado foi instalada no início da tarde de quarta-feira, em reunião presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). A eleição para presidente e vice-presidente da CPI mista e a designação do relator foram marcadas para a próxima quarta-feira, dia 25, a pedido das lideranças partidárias, que não chegaram a acordo em torno das indicações para os cargos.

A CPI havia sido instituída no início da manhã, em sessão do Congresso Nacional presidida pelo deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE).

De acordo com o requerimento que a criou, encabeçado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a CPI do Congresso terá a finalidade de "apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil especificamente para os paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela Operação Macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões efetuada entre 1996 e 2002 por meio das chamadas contas CC-5".

No início da reunião de ins-



**APURAÇÃO.** Romeu Tuma presidiu a reunião em que foi instalada a CPI do Congresso sobre remessa ilegal de divisas

talação, o senador Romeu Tuma – que presidiu os trabalhos por ser o parlamentar mais velho presente – perguntou às lideranças partidárias se havia acordo para as indicações.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), afirmou que havia entendimento para que a presidência da CPI do Congresso fosse destinada a um senador do PSDB; a relatoria, a um deputado do PT; e a vice-presidência, a um deputado do PFL. Não havia ainda definição sobre os nomes. No final da reunião, Tuma informou que o acordo estava sendo rediscutido e marcou nova reunião para eleição dos nomes.

## Composição da CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado tem a seguinte constituição:

Senadores	Deputados
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Antero Paes de Barros (PSDB-MT)</li> <li>● Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)</li> <li>● Demostenes Torres (PFL-GO)</li> <li>● Ideli Salvatti (PT-SC)</li> <li>● João Batista Motta (PPS-ES)</li> <li>● José Jorge (PFL-PE)</li> <li>● José Maranhão (PMDB-PB)</li> <li>● Magno Malta (PL-ES)</li> <li>● Ney Suassuna (PMDB-PB)</li> <li>● Osmar Dias (PDT-PR)</li> <li>● Papaléo Paes (PMDB-AP)</li> <li>● Pedro Simon (PMDB-RS)</li> <li>● Reginaldo Duarte (PSDB-CE)</li> <li>● Romeu Tuma (PFL-SP)</li> <li>● Sérgio Guerra (PSDB-PE)</li> <li>● Roberto Saturnino (PT-RJ)</li> <li>● Serys Slhessarenko (PT-MT) – pelo bloco de apoio ao governo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Alexandre Santos (PSDB-RJ) – indicado pelo PP</li> <li>● Custódio Mattos (PSDB-MG)</li> <li>● Dimas Ramalho (PPS-SP)</li> <li>● Dr. Hélio (PDT-SP)</li> <li>● Edison Andrino (PMDB-SC)</li> <li>● Edmar Moreira (PL-MG)</li> <li>● Eduardo Sciarra (PFL-PR)</li> <li>● Eduardo Valverde (PT-RO)</li> <li>● Gilberto Nascimento (PSB-SP)</li> <li>● Inácio Arruda (PCdoB-CE)</li> <li>● Iriny Lopes (PT-ES)</li> <li>● José Borba (PMDB-PR)</li> <li>● José Carlos Martinez (PTB-PR)</li> <li>● José Mentor (PT-SP)</li> <li>● Paulo Kobayashi (PSDB-SP)</li> <li>● Robson Tuma (PFL-SP)</li> <li>● Rodrigo Maia (PFL-RJ)</li> </ul>

## Senadores querem apuração das denúncias

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que via com "bons olhos" a instalação da CPI do Congresso. Para ele, "há muito o que ser investigado" e é necessária "uma cruzada" para que seja resgatado o dinheiro remetido ilegalmente para o exterior.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), da qual é presidente, já ouviu inúmeros depoimentos sobre o caso Banestado. Suassuna colocou esse material à disposição da CPI mista e sugeriu que o ministro da Justiça, o diretor-geral da Polícia Federal e o secretário executivo do Ministério da Justiça sejam ouvidos.

Conforme o senador Romeu Tuma (PFL-SP) a comissão mista dará continuidade às investigações já feitas pela CPI dos Precatórios sobre lavagem de dinheiro e remessas ilegais.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – que terça-feira afirmou que há indícios de que parte das remessas provém do narcotráfico, contrabando e corrupção – manifestou preocupação quanto às provas.

– Denúncias e indícios existem muitos. Nossa preocupação está na prova, e isso depende da quebra de sigilo bancário nos Estados Unidos.

## Reforma da Previdência será a possível, não a ideal, diz Sarney

Durante café da manhã oferecido quarta-feira a jornalistas que trabalham na cobertura do Legislativo, o presidente do Senado, José Sarney, declarou que, das reformas propostas pelo governo Lula, a mais difícil será a da Previdência, por ser a de maior repercussão na vida do brasileiro. Sarney considera que, após os debates, sairá "a reforma possível, não a ideal".

Ele explicou que qualquer reforma é resultado da realidade política e das forças que atuam no Congresso. Conforme disse, de outra forma não seria uma decisão democrática, mas um édito do Executivo. Para Sarney, é ex-

tamente essa a grande virtude da democracia – não se impõem soluções que não sejam tomadas com a participação e a aceitação da sociedade, por meio dos seus representantes.

Sarney afirmou ainda que a função do Congresso é harmonizar os conflitos e as reivindicações que vão surgindo. "Não acredito que tenhamos a reforma ideal, nem que consigamos uma reforma que vá abalar profundamente o país", avaliou. "Eu acredito que nós vamos encontrar soluções consensuais e que serão as soluções que o país pode suportar."

O presidente do Senado antecipou o que deverá ser a pauta de votações no Senado durante a con-

vocação de julho. Deverá ser votada a proposta de reforma do Judiciário que, em sua opinião, há muitos anos é pedida pelo país, além de cerca de 40 medidas provisórias que estavam em vigor antes da emenda constitucional que mudou a forma de análise das MPs.

Indagado sobre a hipótese de a CPI mista do Banestado paralisar os trabalhos do Legislativo, Sarney afirmou que não acredita que isso aconteça. Mas reconheceu que "ela será, sem dúvida, um foco de muita tensão". A CPI do Congresso visa investigar remessas supostamente ilegais de US\$ 30 bilhões para o exterior entre 1996 e 2002 por meio do Banestado, Banco do Estado do Paraná privatizado em 2000 e hoje



**DIFICULDADES.** José Sarney avalia que, de todas as reformas em discussão, a da Previdência será a mais complicada

pertencente ao Banco Itaú.

### Ex-presidente

Sarney foi indagado sobre as críticas do ex-presidente Fernando Henrique ao governo Lula. Ele respondeu que sempre silenciou sobre seus sucessores.

– Eu não posso falar sobre o que

diz o ex-presidente Fernando Henrique porque, como ex-presidente da República, sempre fiquei muito silente sobre os meus sucessores, entre eles, o próprio Fernando Henrique Cardoso. Então, eu não me sinto à vontade para censurar ninguém – disse.

## Luiz Otávio destaca eventos de transportes

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que o Congresso Internacional de Transportes na Amazônia é um dos mais importantes foros de discussão sobre o desenvolvimento da região. A terceira edição do evento, também chamado de Trans'2003, ocorreu de 11 a 14 deste mês, em Belém. Paralelamente, teve início 3ª Feira Internacional de Transportes na Amazônia (Fitram).



Luiz Otávio: debate sobre a Amazônia

A feira e o congresso foram realizados pelo Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e das Agências de Navegação no Estado do Pará (Sindarpa), com apoio do governo estadual, informou o senador.

Neste ano, o tema do congresso foi "Transporte, Logística com Soluções Ecológicas na Amazônia", assunto considerado "pertinente" por Luiz Otávio.

## Paim propõe fim do recesso no mês de julho

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC) acabando com o recesso do Congresso Nacional no mês de julho. O objetivo, disse, é "colocar um ponto final na polêmica de convocação ou não do Congresso nesse mês, com pagamento de salários extraordinários ou não, que infere os trabalhos todo ano".

Segundo Paim, a PEC foi assinada por ampla maioria de senadores e tem um texto simples, estabelecendo que os trabalhos do Congresso se realizarão, ininterruptamente, entre os dias de 15 de fevereiro e 15 de dezembro.

– Não haver recesso em julho não impedirá que os senadores voltem às suas bases, uma vez que as votações se desenrolam às terças, quartas e quintas, deixando o resto da semana para atividades nos estados – argumentou.

# Mercadante contesta FHC e diz que povo aprova Lula

■ Segundo o líder do governo, ex-presidente impôs obstáculos a todos os projetos de reforma tributária

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), contestou quarta-feira as críticas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à administração de Luiz Inácio Lula da Silva, dizendo que os eleitores não estão decepcionados com o atual presidente. As pesquisas de opinião demonstram que Lula e seu governo mantêm altos índices de aprovação popular, salientou o senador.

Segundo Mercadante, é falso afirmar que o novo governo nada fez ainda. Ele observou que a relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) baixou de 62% para 52%, todos os indicadores apontam queda da inflação e o superávit comercial chegou a US\$ 10 bilhões.

O líder considerou inaceitável que Fernando Henrique critique o projeto de reforma tri-



SEM DECEPÇÃO. Pesquisas indicam que apoio a Lula se mantém, afirma Mercadante

butária, dizendo que aumentará a carga de impostos, quando impôs obstáculos, durante oito anos, a todos os projetos nessa área, e, mesmo assim, aumentou a carga tributária de 27,9% para 35,8% do PIB.

O senador ressaltou que Lula não quer governar olhando para trás, mas frisou não ser possível esquecer que, durante oito anos, o crescimento foi "pífio" – cerca de 2,3% por ano.

## Para Virgílio, bons indicadores econômicos atuais refletem ações do governo anterior

Durante debate com o líder do governo, Aloizio Mercadante, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que os bons indicadores econômicos atuais se devem ao governo Fernando Henrique, que negociou um acordo amplo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), sem o qual o país estaria apresentando déficit em conta corrente.

Virgílio também creditou o atual superávit comercial a dois fatores que já vinham ocorrendo no governo FHC, os ganhos de produtividade no campo e a redução do consumo interno, resultando em mais produtos para exportação. O senador lembrou que a inflação, o risco Brasil e o dólar estão voltando às médias do governo anterior, "agora que o mundo se convenceu de que o presidente Lula não cumprirá as diretrizes de política econômica que prometeu durante 20 anos, como deixar de pagar a dívida externa e romper com o FMI".

Arthur Virgílio disse que as



RETORNO. Conforme Virgílio, superado o "risco Lula", índices voltam às médias anteriores

maiores conquistas do governo passado foram a cultura da estabilidade econômica e a credibilidade internacional. Segundo ele, esses fatores permitiram a queda do risco Brasil, do dólar e da inflação, assim que foi debelado o medo do "risco Lula".

Em aparte, o líder do PFL, José Agripino (RN), elogiou a ha-

### Debate

Aloizio Mercadante também se declarou favorável ao debate com a oposição, desde que "qualificado, construtivo e profundo". Propôs que esse debate aborde, por exemplo, os R\$ 32 bilhões liberados para a agricultura com juros de 8% para grandes produtores e 4% para pequenos; rolagem da dívida da agricultura familiar; crédito de safra de R\$ 5,7 bilhões para a agricultura familiar; rolagem de dívidas de assentados em 18 anos, beneficiando 100 mil famílias; R\$ 1,5 bilhão liberado para a construção naval, gerando 10 mil empregos.

O senador defendeu uma reforma que simplifique e racionalize a tributação e informou que o governo Lula só não diminui a carga tributária imediatamente porque hoje a dívida pública herdada é de R\$ 650 bilhões, valor que cresceu mais de 1.000% no último governo.

Em aparte, Magno Malta (PL-ES) frisou que a reforma tributária não foi feita antes porque o governo Fernando Henrique não quis.



RESPOSTA. Heloísa Helena discorda de declarações feitas por Lula

## Heloísa Helena: reforma não faz nada pelo pobre

Ao rebater críticas do ex-presidente Fernando Henrique, o presidente Lula teria feito declarações "inapropriadas e demagógicas" a respeito do sistema previdenciário. A avaliação partiu da senadora Heloísa Helena (PT-AL), para quem o governo tenta instigar, na discussão da reforma da Previdência, uma "disputa horrorosa" entre os trabalhadores dos setores público e privado.

A senadora disse compreender que Lula tenha respondido com vigor à "demagogia" do ex-presidente, mas rechaçou críticas dirigidas aos "altos salários" no serviço público.

– Essa proposta para a Previdência não faz nada pelos pobres. E preserva uma injustiça, ao obrigar o filho da pobreza, que entra mais cedo no mercado de trabalho e ganha salário desumano, a trabalhar mais dez anos para não ter cortados 45% da aposentadoria – frisou.

Não bastasse a punição imposta aos pobres, Heloísa sustenta que a proposta "promove a maior desestruturação do setor público". Seu argumento refere-se à situação dos servidores públicos que ganham baixos salários e que estão à frente de serviços essenciais para a população carente do país, como saúde e educação.

Heloísa também condenou declaração de Lula de que não se pode admitir 40 milhões de brasileiros sem emprego enquanto se pagam salários de até R\$ 17 mil no setor público. Ela lembrou que o próprio governo, na proposta previdenciária, estipula esse valor, pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal, como referência salarial no serviço público.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que a injustiça salarial é a maior "vergonha" do país.



**FUNDO.** Perdas dos estados exportadores precisam ser compensadas, diz Ana Júlia

## Ana Júlia sugere compensação para estados

Foram apresentadas em Plenário, na quarta-feira, pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), duas propostas destinadas a compensar as perdas fiscais de alguns estados com a desoneração de exportações. Uma delas prevê a criação de fundo temporário de compensação aos estados exportadores; e a outra, a securitização de créditos de empresas exportadoras. O Pará, segundo a senadora, é um dos maiores prejudicados pela atual política, que teria gerado perda de arrecadação tributária estimada em R\$ 500 milhões nos últimos sete anos.

De acordo com a senadora, os prejuízos impostos aos estados exportadores, como o Pará, teriam sido originados com a aprovação da Lei Kandir, em 1996, que proibiu a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos semi-elaborados destinados ao mercado externo.

Após pressão dos governadores, recordou ela, foi criado um fundo para compensar as perdas, mecanismo estendido até 2006 por iniciativa do atual governo e que tem previsão orçamentária de R\$ 3,9 bilhões para 2003.

Ana Júlia admite os impactos "positivos" dessa renúncia fiscal sobre as finanças e o desenvolvimento do país, mas questiona sua capacidade de, nos moldes atuais, reverter o quadro de desigualdades sociais. "Não discutimos o princípio da desoneração, esclareceu. "Discutimos seus efeitos perversos".

A senadora entregou as propostas destinadas a compensar as perdas fiscais dos estados ao presidente da comissão que examina a reforma tributária na Câmara, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

## Suassuna pede sede do Insa na Paraíba

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a sede do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa), recentemente criado pelo governo, seja na cidade de Sousa, na Paraíba. Suassuna informou que o município já dispõe de uma infra-

estrutura adequada para abrigar a instituição, além de estar localizado entre dois rios e contar com cerca de 2,5 bilhões de metros cúbicos de água represada.

– A reivindicação é justa, seja do ponto de vista técnico, geográfico ou histórico – observou Suassuna, lembrando que a instalação do Insa

em Sousa permitirá o assentamento de mais de 100 mil famílias.

O senador disse que a história nordestina jamais esquecerá o gesto do presidente Lula, caso ele decida instalar na cidade o instituto, "resgatando uma importantíssima experiência e abrindo novos e promissores caminhos para o futuro".



**VANTAGEM.** Suassuna afirma que Sousa reúne todas as condições necessárias

## Reforma ameaça incentivo à cultura, adverte Azeredo

**Mecanismos contra a guerra fiscal inseridos na proposta podem impedir patrocínios aos eventos artísticos**

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) chamou atenção para dispositivo da proposta de reforma tributária, tramitando na Câmara dos Deputados, que impede a concessão de incentivos fiscais.

Em pronunciamento no Plenário, na quarta-feira, ele observou que o objetivo do dispositivo é o de acabar com a chamada guerra fiscal, mas lembrou que a redação em discussão na Câmara põe fim às leis estaduais de incentivo à cultura.

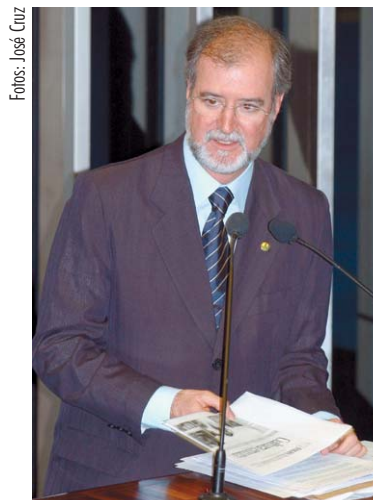
Atualmente, 13 estados têm legislação de apoio a projetos culturais, com base na renúncia de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercado-

rias e Serviços (ICMS). Apenas em Minas Gerais, afirmou o senador, foram investidos, tendo por base essa legislação, R\$ 69 milhões, desde 1995. O resultado disso, informou, foi a geração de 61 mil empregos apenas na região metropolitana de Belo Horizonte. O senador defendeu a mobilização dos profissionais da área cultural em torno da alteração do dispositivo.

– O objetivo é correto, mas o artigo é omissivo. O Senado precisa se preparar para emendá-lo – disse.

No mesmo pronunciamento, Eduardo Azeredo abordou dois outros temas. Ele comentou a notícia publicada no jornal *Estado de Minas*, segundo a qual o atual governo investiu até agora 59% a menos que na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, no mesmo período.

– É a prova de que nossas críticas não são só exercício de



**ALTERAÇÃO.** Azeredo sugere ao Senado que emende projeto para corrigir a omissão

palavras, mas baseadas em números – afirmou o senador.

Eduardo Azeredo elogiou a retomada pelo governo do projeto de instalar pedágios nas rodovias federais. Ele acredita que os recursos arrecadados poderão custear a recuperação da malha rodoviária.

## Mão Santa quer isentar salários da CPMF

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse considerar extremamente injusta a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sobre os salários, lembrando que a maioria dos trabalhadores recebe seus recursos em bancos, sendo taxados em 0,38%.

O senador informou, em discurso na quarta-feira, que apresentará proposta de emenda constitucional (PEC) isentando as contas-salário da contribuição da CPMF.

– A pessoa está recebendo o fruto do trabalho – avaliou.

Mão Santa lamentou que a contribuição provisória tenha se tornado permanente, e que hoje não há mais nenhuma vinculação com a área da saú-



**CUSTEIO.** Mão Santa lembrou que CPMF não tem mais hoje vinculação com a área da saúde

de, sua proposição inicial (ela foi criada em 1997 com a finalidade de custear projetos). O senador afirmou que a arrecadação anual da CPMF está estimada em R\$ 21 bilhões, dos quais R\$ 2,6 bilhões vêm da ta-

xação de contas-salário.

Mão Santa frisou ainda que, caso os recursos da CPMF fossem conseguidos via Imposto de Renda, seriam repartidos com os estados e municípios.

Em aparte ao discurso, o senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou Mão Santa pelo pronunciamento e disse concordar com a tese de que o salário do trabalhador não pode pagar mais essa contribuição.

– Podemos discutir o percentual, mas a CPMF não pode ser mais um instrumento para diminuir ainda mais o salário já tão pequeno dos brasileiros – ressaltou, informando que assinará a PEC.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) declarou que também assinará a proposta.

## Raupp critica privilégios para bancos

O senador Valdir Raupp (PMDB-RR) criticou o aumento dos lucros dos bancos nos últimos anos, resultado de altos juros cobrados em seus empréstimos, de uma mudança na lei feita em 1995 e pela compra de títulos do governo federal, que vem pagando juros elevados para rolagem de sua dívida. Ele lembrou que o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel denunciou no Senado, há três anos, que 28 dos 66 maiores bancos não pagaram nem um centavo de Imposto de Renda em 1998.

– Essa deformação precisa ser enfrentada pelo Congresso. Os privilégios de que gozam os bancos terão de ser examinados em qualquer reforma tributária que se dê o respeito. O setor produtivo da nossa economia não pode continuar a sustentar essas verdadeiras sanguessugas – afirmou.

Valdir Raupp considerou inadmissível que os bancos cobrem dos correntistas mais de 100% de juros ao ano quando ficam sem saldo e entram no cheque especial. Citou que, depois dos altos lucros propiciados pela inflação dos anos 80, os bancos agora tiram metade de seus lucros comprando títulos do governo federal, que paga juros de 26% brutos para rolar sua grande dívida.



**LUCROS.** Raupp revelou que metade dos ganhos dos bancos é com a dívida pública

José Cruz



**EDUCAÇÃO.** Demostenes propõe escola integral para afastar jovem do tráfico

## Demostenes quer alteração na segurança

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu na quarta-feira a adoção de duas providências na estratégia de combate ao crime organizado pelo Estado brasileiro: a redefinição do modelo de segurança pública e a instituição da escola em tempo integral. Enquanto a primeira iniciativa depende de uma ampla reforma legislativa e volta-se ao fortalecimento da função estatal, a segunda, observou o parlamentar, configura-se como “elemento seguro” de prevenção à criminalidade.

Ao tratar da segurança pública, Demostenes Torres afirmou que o sistema único esboçado pelo atual governo reproduz “de forma piorada” as diretrizes do plano nacional elaborado na gestão Fernando Henrique Cardoso. O senador criticou a proposta de integração das polícias civil e militar, sugerindo, no entanto, a criação de uma polícia única. Ele cobrou uma maior contrapartida financeira da União nos investimentos em segurança, restritos aos R\$ 424 milhões consignados no Orçamento de 2003.

Outra “trincheira fundamental” na prevenção da atividade criminosa, segundo Demostenes Torres, é a educação. O parlamentar pregou a proteção integral da criança e do adolescente, “esteio da escola em tempo integral”, e reivindicou a oferta de educação formal, reforço escolar, alimentação, atividade esportiva, práticas religiosas, artística e de informática para livrá-los “das tentações das drogas, do delito, do trabalho precoce, da violência familiar e da corrupção moral”.

— A idéia é retirar a criança e o adolescente das mãos do traficante e entregá-los às mãos do professor — explicou Demostenes Torres.

# CAS pede informações sobre Saúde da Família

■ Objetivo é saber se foram cumpridas pelo Ministério da Saúde recomendações feitas em auditoria do TCU

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) quer saber quais as providências adotadas pelo Ministério da Saúde após auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que detectou diversos problemas no Programa Saúde da Família (PSF) que estariam prejudicando o seu desempenho. Requerimento de informações a ser dirigido ao ministro Humberto Costa, aprovado na quarta-feira pelos integrantes do colegiado, será submetido agora ao exame do Plenário.

O relator da matéria, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), havia proposto uma audiência pública com a participação do ministro. Mas acabou aceitando proposta do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) de substituir a audiência por um pedido de informações, em função da especificidade do assunto e do fato de o titular da Saúde ter comparecido à CAS recentemente.

Leomar Quintanilha salientou que o ministério planeja ampliar o programa, acrescentando mais 13 milhões de pes-



**AUDIÊNCIA.** Lúcia Vânia destaca importância de debate sobre saúde mental que a comissão realiza dia 26

soas à clientela atual de 55 milhões, e colocando 4 mil novas equipes para reforçar a atuação das 16 mil atuais. O PSF gera 58 mil empregos diretos e 8 mil indiretos, entre médicos, enfermeiros, auxiliares e agentes comunitários.

O senador ressaltou, no entanto, que o programa está enfrentando várias dificuldades apontadas pelo TCU, que avaliou o trabalho das equipes, a supervisão e acompanhamento na esfera estadual e a evolução dos indicadores de saúde nas localidades atendidas. A comissão deseja verificar se foi cumprida uma série de recomendações técnicas feitas pelo tribunal.

### Atestado de óbito

O senador Eurípedes Camar-

go (PT-DF) concordou com a retirada de seu relatório sobre projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que regulamenta a emissão de declarações de óbito, visando aperfeiçoar informações sobre as causas de morte de pacientes submetidos a tratamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Um ponto do projeto é questionado pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR), que é médico, e defende a avaliação de outros profissionais de medicina sobre a matéria.

Segundo Botelho, a grande reclamação é a exigência do uso da Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID) para que os médicos identifiquem a patologia causadora da morte. O parlamentar argumenta que muitos médicos no interior não dispõem da CID, e mesmo assim precisam preencher os atestados de óbito. Ficou acertado com o relator o estudo da possibilidade de se modificar o texto.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou que tem recebido vários e-mails pedindo que seja agilizada a votação do projeto, que deve ser submetido, depois, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Ministro deve explicar situação de clínicas

Para evitar a ocorrência de novos casos de irregularidades como o da Clínica Santa Genevieve, no Rio de Janeiro, onde, em 1996, 102 pacientes idosos morreram em decorrência da contaminação de água, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também decidiu enviar outro requerimento de informações ao ministro da Saúde, Humberto Costa, para verificar quais as medidas tomadas depois da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). A matéria ainda será submetida ao Plenário.

Segundo o TCU, a responsabilidade pela situação não cabe somente às instituições auditadas, mas também ao setor público responsável pela aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua fiscalização, conforme destaca o



**RESPONSABILIDADE.** Cabe ao governo fiscalizar casas de saúde, observa Quintanilha

senador Leomar Quintanilha em seu relatório.

Por essa razão, o TCU reiterou ao Ministério da Saúde a necessidade de elaborar normas de fiscalização para os gestores estaduais e municipais do SUS, o que permitirá a aplicação de sanções aos prestadores conveniados em casos de irregularidades. A CAS pre-

tende saber se essas determinações foram obedecidas pelo ministério.

### Saúde mental

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia, ressaltou a importância da audiência pública que será realizada no dia 26 de junho, a partir das 9h, aproveitando a proximidade da 6ª Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, prevista para julho em Brasília.

Conforme o senador Flávio Arns (PT-PR), a audiência por ele solicitada tem por objetivo analisar as carências no país de serviços voltados para as pessoas com necessidades psicológicas especiais. Foram convidados representantes do Ministério da Saúde, da área acadêmica e uma usuária do Sistema de Saúde Mental.

## Malta defende Forças Armadas contra o crime

O senador Magno Malta (PL-ES) propôs uma completa revisão do conceito de segurança nacional, de modo a permitir a imediata participação das Forças Armadas brasileiras no combate ao narcotráfico, contrabando de armas e crime organizado.

Malta explicou que caberia também às três Armas deslocar soldados para fazer o policiamento ostensivo, com a ajuda da Polícia Federal, nos portos marítimos e fluviais, nas fronteiras secas e em campos de aviação. Com isso, observou o senador, o crime organizado seria enfraquecido, além de o narcotráfico e o contrabando de armas sofrerem um duro golpe.

Ele também defendeu o uso da chamada Lei do Abate, que permite a aeronaves militares brasileiras derrubarem aviões suspeitos dentro do espaço aéreo nacional, bem como a instituição da prisão perpétua para traficantes de drogas e integrantes do crime organizado.

O parlamentar disse que saiu desestimulado da reunião da Subcomissão de Segurança Pública em que comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica deixaram claro ser contrários ao engajamento das Forças Armadas no combate à criminalidade. Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou não ser mais possível os cerca de 300 mil homens das Forças Armadas ficarem nos quartéis, enquanto o país praticamente se degenera com o aumento da criminalidade, principalmente nos grandes centros urbanos.



**ABATE.** Malta pede uso de lei que permite a derrubada de aeronaves suspeitas

## MINISTÉRIO PÚBLICO



SABATINA. Cláudio Fonteles (E) durante reunião de três horas na CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão

## CCJ aprova indicação de novo procurador-geral

Senadores elogiaram nome escolhido pelo presidente Lula para dirigir o Ministério Público Federal

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram, na quarta-feira, o nome do subprocurador-geral da República Cláudio Lemos Fonteles para o cargo de procurador-geral da República pelos próximos dois anos. A escolha de Fonteles pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi elogiada por todos os integrantes da CCJ e sua indicação foi acolhida por unanimidade, após três horas de sabatina na comissão.

Além de relatar sua posição

sobre vários assuntos afetos ao Ministério Público (MP), Cláudio Fonteles destacou sua posição contrária ao excesso de divulgação de dados por parte dos membros do MP, especialmente informações relativas a pessoas que ainda estão sendo investigadas. Também manifestou sua posição contrária a pontos da reforma da Previdência, como os que retiram direitos dos magistrados e procuradores. Defendeu, ainda, maior aproximação entre o Ministério Público e o Legislativo.

O relator da mensagem presidencial, senador Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que o cargo para o qual Cláudio Fonteles foi indicado, a Procuradoria Geral da República, "é um dos mais importantes e espinhosos da nação". Ao mesmo tempo, disse ele, o indicado possui

"grandes qualidades pessoais, profissionais e morais".

Simon listou características do subprocurador, destacando seu espírito de liderança e sua popularidade junto aos demais procuradores. O senador também salientou as qualidades humanas de Fonteles.

O subprocurador ingressou no Ministério Público, ainda como estagiário, no início da década de 70, tendo presenciado, segundo lembrou o relator, "a mais trágica etapa da vida política brasileira recente". Nesse período, mesmo sofrendo represálias, disse Simon, "ele manteve-se fiel aos sagrados fundamentos do Direito".

Os senadores do PT, Aloizio Mercadante (SP), Eduardo Suplicy (SP) e Ana Júlia Carepa (PA) elogiaram a escolha pelo presidente Lula.

## Congresso e Ministério Público devem dialogar

O indicado para o cargo de procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, afirmou durante sua sabatina na CCJ que o papel do Ministério Público evoluiu e que hoje este é o órgão responsável pelo cumprimento da Constituição no atendimento às necessidades da população.

Ao lembrar a época em que trabalhou no Senado ao lado de políticos que, segundo ele, marcaram sua vida, como os ex-senadores Petrônio Portella e Josaphat Marinho, Fonteles pregou a parceria entre o Ministério Público e o Congresso. Esse tem sido, afirmou, o desafio a que se propôs nos trinta

anos em que trabalhou naquele órgão.

– Este deverá ser o caminho que continuarei defendendo. O caminho do diálogo. Devemos criar a cultura da aproximação entre os órgãos, pois o crime em nosso país é organizado e as relações entre as instituições são desorganizadas – disse Fonteles.

Em resposta a Demostenes Torres (PFL-GO), que queria saber detalhes do sistema de distribuição dos processos na Procuradoria, Fonteles informou que é adotado o procedimento da escolha natural, em que se observam critérios previamente definidos.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu a independência do Ministério Público e perguntou a opinião do sabatinado sobre a competência para investigação do órgão. Fonteles respondeu enfatizando o fato de a Constituição definir que é função institucional do MP promover privativamente a ação penal pública.

Em resposta a Serys Slhessarenko (PT-MT), que saudou o currículo do escolhido, Fonteles disse que vê como totalmente possível que uma mulher assumira o cargo de procuradora-geral da República, pela qualificação das procuradoras que atuam hoje naquele órgão.

## Procuradores precisam ter cautela ao divulgar informações

O subprocurador Cláudio Lemos Fonteles disse, durante sua arguição na CCJ, que embora a lei permita publicidade dos atos do Ministério Público (MP), ele não concorda com a exposição prematura de pessoas que estejam sendo investigadas. Também os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), João Baptista Motta (PPS-ES) e César Borges (PFL-BA) abordaram, em perguntas, a questão do Ministério Público se manifestar sobre processos em andamento. Jefferson concordou com a posição do subprocurador de que os membros do MP devem resguardar pessoas sob investigação, ressaltando, porém, sua postura contrária à

chamada "lei da mordaca", que impede a manifestação dos procuradores.

Jereissati defendeu balizamento no comportamento de membros do Ministério Público. Motta recomendou bom-senso, e César Borges cobrou conduta ética dos membros do MP. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu coerência dos procuradores para evitar a exposição de pessoas não comprovadamente culpadas.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA) condenou atuações precipitadas de membros do MP que, a seu ver, podem acabar com a moral e a vida das pessoas, "sem que nada possa ser feito para reversão dessa desmoralização".



APOIO. Simon (D) destaca qualidades de Fonteles; Jefferson concorda com cuidado ao divulgar dados, mas rechaça "lei da mordaca"

## Líderes discordam de posição sobre reforma da Previdência

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), elogiou a escolha de Cláudio Fonteles para o cargo de procurador-geral da República, destacando a qualidade do currículo do indicado. Ele discordou, porém, das manifestações de Fonteles, divulgadas pela imprensa, favoráveis à manutenção dos direitos dos membros da magistratura na reforma da Previdência.

Para o senador, a reforma é uma questão de justiça, já que, "enquanto alguns nem sequer têm cobertura previdenciária, outros se aposentam com salários maiores do que os de contribuição no tempo da ativa".

O subprocurador disse que a manifestação de Viana poderia ser entendida como uma de-

monstração de que o Ministério Público não se atrela ao partido que está no governo. Frisou que, embora tenha sido escolhido por um partido para o cargo, não integra esse partido.

Fonteles declarou que o MP é instituição permanente do Estado, definição dada pela Constituição, e que "a questão é de proporcionalidade e de respeito à linha de integralidade salarial quando da aposentadoria".

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que aceita a ideia de as corporações defenderem seus direitos, mas enfatizou seu apoio ao pensamento de Tião Viana de que o espírito que envolve a reforma é o de proporcionar mais isonomia e justiça.



**DINAMISMO.** Valmir Amaral destacou trabalho da Federação das Indústrias do Distrito Federal

## Valmir Amaral elogia avanço da indústria do DF

Ao parabenizar a Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) pelo trabalho que vem realizando para o desenvolvimento da região, Valmir Amaral (PMDB-DF) destacou que a entidade está firmando uma parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Ítalo-Brasileira com a finalidade de negociar os produtos da região com consumidores da União Européia.

Segundo o senador, a Fibra também está negociando com o Mercado Comum do Caribe (Caricom), visando exportar artigos brasileiros para Guiana, Suriname e Jamaica, além de outros 12 países associados à Câmara Nacional Brasil-Caricom. No âmbito do Cone Sul, a entidade está buscando entendimento para que o Chile também passe a consumir produtos do DF.

Citando estudo feito pelo Centro Internacional de Negócios, da Fibra, o senador informou que as exportações da região somaram US\$ 2,4 milhões somente no primeiro trimestre deste ano, o que representa um crescimento de 836% quando comparado com o mesmo período de 2002. Embora desse total US\$ 1,6 milhão refira-se a produtos de uma empresa de Minas Gerais que efetua exportações pelo DF, o crescimento real nas exportações evoluiu sensivelmente, atingindo um incremento de 211% no comparativo com os primeiros trimestres dos dois últimos anos, afirmou.

A pauta de exportações do Distrito Federal inclui miúdos de aves e bovinos, acessórios para veículos e tratores e fios cirúrgicos.

# Desigualdade no Brasil é vergonhosa, diz Renan

■ Citando dados do IBGE, senador defendeu esforço nacional para acabar com a exclusão social e racial no país

Os indicadores sociais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na semana passada revelam, na opinião do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), as enormes desigualdades brasileiras. O senador apresentou em Plenário, na quarta-feira, dados socioeconômicos do estudo do IBGE reveladores, como afirmou, de uma realidade diante da qual "não podemos fechar os olhos".

Renan deu especial destaque ao que qualificou de "vergonhosa desigualdade racial". Segundo os indicadores, no grupo de 1% mais ricos do Brasil, mais de 80% são brancos, enquanto, entre os 10% mais pobres, quase 70% são negros.



Fotos: José Cruz

**URGÊNCIA.** Para Renan, não é possível "fechar os olhos" diante da realidade brasileira

– Nunca seremos uma sociedade democrática enquanto um trabalhador negro receber metade do que ganha um trabalhador branco com o mesmo nível de instrução – declarou o senador.

### Ensino superior

As desigualdades se revelam também, afirmou Renan Calheiros, no acesso à universidade.

de. Segundo o estudo do IBGE, 60% dos estudantes das unidades mantidas pelo governo são filhos dos 20% mais ricos do país – por outro lado, pouco mais de 3% estão na faixa dos 20% mais pobres.

– Independente da faixa de renda, o estudo observa que os cursos superiores são locais distantes para a nossa população – lamentou o parlamentar.

Na avaliação do líder do PMDB, o levantamento fornece subsídios importantes para a discussão da reforma da Previdência, ao apontar que 54% dos trabalhadores não contribuem para o sistema de seguridade.

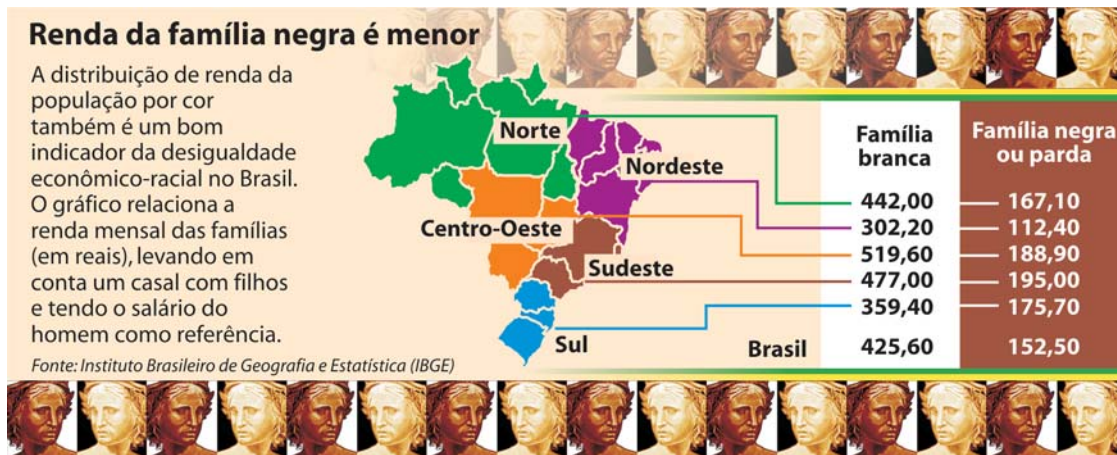
– A situação é mais alarmante no Nordeste, onde apenas 27% dos trabalhadores contribuem para o INSS – acrescentou ele.

Renan Calheiros destacou que seu partido está disposto a colaborar em um esforço nacional pela diminuição de desigualdades.

## Renda da família negra é menor

A distribuição de renda da população por cor também é um bom indicador da desigualdade econômico-racial no Brasil. O gráfico relaciona a renda mensal das famílias (em reais), levando em conta um casal com filhos e tendo o salário do homem como referência.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



## Paim saúda indicação de brasileira pela ONU

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou na quarta-feira sua alegria pela indicação de Edna Roland, militante brasileira do Movimento Negro e integrante da ONG Fala Preta, para fazer parte do grupo de monitores encarregados de acompanhar a implementação de resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) referentes ao combate ao racismo e às desigualdades raciais. Edna Roland também fez parte do corpo de relatores da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, na África



**RECONHECIMENTO.** Paim ressaltou a evolução do Movimento Negro do Brasil

ca do Sul, em 2001.

– Trata-se, portanto, de uma indicação que faz jus à maturidade alcançada pelo Movimen-

to Negro do Brasil, cujo reconhecimento já estava tardando – acrescentou.

Paim também comemorou a decisão da Universidade Federal da Bahia de utilizar o sistema de cotas para afro-descendentes, a partir do vestibular do próximo ano.

O senador pelo Rio Grande do Sul também registrou e elogiou a promoção para o cargo de conselheiro do diplomata Júlio Boaventura, que "é negro e vem cumprindo uma brilhante trajetória no serviço diplomático".



**IMOBILISMO.** José Jorge critica governo federal pela interrupção das negociações

## José Jorge quer fim das obras do metrô do Recife

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu na quarta-feira, em Plenário, a continuidade das obras de expansão do metrô do Recife. Ele defendeu a união dos senadores para conseguir que o governo federal "saia do imobilismo" e dê continuidade às obras de expansão não só na capital de Pernambuco, mas também em Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, onde problema semelhante aconteceu.

José Jorge explicou que as obras de expansão são resultado de acordo entre o governo Fernando Henrique, os estados e o Banco Mundial. O governo federal responderia por 50% dos recursos, ficando o restante a cargo do financiamento internacional. Os estados passariam a ser responsáveis pela parcela atribuída à União desde dezembro passado, explicou, mas, a partir da instalação do governo de transição, as negociações ficaram paradas.

– Não há razão técnica ou financeira para a paralisação das obras. Os usuários não podem ser prejudicados por uma política econômica que privilegia apenas o superávit fiscal. O metrô é um meio de transporte moderno, não poluente e que garante menor tempo de viagem. Não podemos mais esperar – afirmou.

### Apoio

Em aparte, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) associou-se à preocupação de José Jorge, lembrando que o metrô de Fortaleza sofre os mesmos problemas que o do Recife.

Também em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou ser fundamental a conclusão da expansão do metrô em Belo Horizonte.

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma e Heráclito Fortes e pela senadora Iris de Araújo